REDUÇÃO DE RISCOS EM DESASTRES NATURAIS APLICADO AO PLANEJAMENTO URBANO: DESAFIOS À INTEGRAÇÃO DA ANÁLISE E MAPEAMENTO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO EM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Sant'Ana, M.C.¹; Lima, I.F.^{2,3}

¹Universidade Federal de Minas Gerais; ²Universidade Federal do Rio de Janeiro; ³Ex-Projeto GIDES/JICA

RESUMO: Sete anos após o desastre da Região Serrana Fluminense, uma série de iniciativas importantes ocorreu no Brasil. O arcabouço legal foi aprimorado com a Lei Federal 12.608/12 e com ele foram feitas alterações ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), principal marco para política urbana no Brasil, que buscaram induzir a implementação de medidas no campo do planejamento urbano que configurem uma ocupação adequada do território municipal. Neste contexto, o Planejamento urbano municipal, especialmente o Plano Diretor, é um instrumento de prevenção e deve estar em sintonia com os mapeamentos geológicos-geotécnicos. Outra iniciativa pertinente foi concluída em 2017. Trata-se da experiência com a metodologia japonesa, desenvolvida no âmbito do Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais (PROJETO GIDES), do qual participaram a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Ministério das Cidades (MCID), o Centro Nacional de Alerta e Monitoramento de Desastres (CEMADEN), o Centro Nacional de Gestão de Riscos e Desastres (CENAD) e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Neste projeto foram consolidados manuais sobre mapeamento de perigo e risco a movimentos de massa, planejamento urbano, monitoramento e alerta de desastres e obras de contramedidas, os quais servirão como guia e serão disponibilizados pelos ministérios envolvidos aos demais membros da federação e a outros entes interessados. No que se refere ao planejamento urbano e à expansão das cidades, a metodologia desenvolvida fez um esforço de tentar entender e traduzir as orientações do mapeamento geológico-geotécnico e bem como buscou estabelecer diretrizes mínimas para utilização destes mapeamentos nas distintas escalas de planejamento territorial urbano, como foco especial para as escalas do Município e a interurbana, em sua regulação direta dada pelo Plano Diretor, pelas Leis de Parcelamento e Uso do Solo e pelas diretrizes de projeto urbanístico. Neste artigo buscamos analisar os avanços alcançados pelo projeto GIDES no enfrentamento desta problemática e, à luz da literatura nacional e internacional, realizou-se uma análise dos instrumentos de cartografia geológica-geotécnica disponíveis aos municípios brasileiros e os desafios para o aprimoramento de seu uso nas atividades de planejamento urbano e parcelamento do solo urbano. Com este objetivo foram selecionados os seguintes instrumentos de cartografia geológica-geotécnica para análise: i. Cartas de Suscetibilidade; ii. Cartas Geotécnicas; iii. Mapas de Perigo e Risco. Ao analisar as características destes instrumentos, orientados pela sua utilização no planejamento urbano, foi possível instituir orientações gerais sobre sua utilização pelos distintos instrumentos de planejamento urbano, levando em consideração as seguintes categorias analíticas: i. Escala do planejamento territorial; ii. Nível de detalhe das determinações urbanísticas; iii. Grau de detalhe e característica da carta geológica-geotécnica analisada. Apesar dos recentes avanços, o Brasil tem o enorme desafio de capacitar e treinar os seus mais de 5570 municípios para a criação de instrumentos técnicos voltados para a avaliação das restrições à expansão urbana em áreas inadequadas. Os instrumentos técnicos devem servir como subsídio às prefeituras para elaboração e/ou atualização de Planos Diretores (Ordenamento do território municipal), do Planejamento das Áreas Urbanas e do Projeto Urbanístico. Além disso, fortalecer a estratégia nacional do planejamento urbano e o reconhecimento do território como base para a prevenção de desastres naturais.

PALAVRAS-CHAVE: PLANEJAMENTO URBANO, EXPANSÃO DAS CIDADES, DESASTRES NATURAIS.